



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1010869-63.2017.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**  
Requerente: **Jonas Gomes e outro**  
Requerido: **Transportadora Turística Suzano Ltda e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação que tem origem em acidente de veículos.

Decreto de início a revelia do réu **ADALBERTO LOPES** tendo em vista que conquanto citado regularmente ele não apresentou contestação e tampouco justificou sua inércia.

Presumem-se assim quanto ao mesmo verdadeiros os fatos articulados pelos autores (art. 20 da Lei nº 9.099/95).

A preliminar de ilegitimidade ativa *ad causam* do autor **NICOLAS**, arguida pela ré em contestação, não merece acolhimento.

Com efeito, a possibilidade do mesmo figurar no polo ativo da relação processual promana tanto de sua condição incontroversa de condutor do automóvel do autor **JONAS** quanto da circunstância do pedido ir além da simples reparação dos danos materiais havidos nesse veículo.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Rejeito a prejudicial suscitada, pois.

No mérito, sustentam os autores que **NICOLAS** dirigia o automóvel de **JONAS** por via pública local, em sua faixa esquerda, até que ele foi abalroado por ônibus da ré.

Esse, a seu turno, trafegava na mesma via pública, mas na faixa da direita, quando para desviar de outro automóvel parado à frente derivou repentinamente à esquerda e na sequência atingiu o veículo de **JONAS**.

Em contraposição, a ré refutou que seu motorista tivesse qualquer responsabilidade no evento porque na verdade **NICOLAS** dirigia o automóvel em alta velocidade atrás dele e, como não conseguiria deter sua marcha, derivou à esquerda, mas ainda assim atingiu a lateral traseira do coletivo.

As partes não demonstraram interesse no alargamento da dilação probatória.

Assim posta a questão debatida, reputo que a pretensão deduzida merece prosperar em parte.

Na verdade, as fotografias amealhadas pelos autores revelam danos nos veículos envolvidos em consonância com sua versão e incompatíveis com a explicação da ré.

Vê-se especialmente a fl. 20 que o ônibus da ré sofreu danos somente na sua parte lateral, ao passo que a fls. 21/22 e 25 não é possível vislumbrar nenhum tipo de amassamento ou raspão na parte traseira dele.

Significa dizer que essas fotografias não se coadunam com as palavras da ré, porquanto se **NICOLAS**, antevendo que não conseguiria parar, atingisse o coletivo ao derivar à esquerda para não colhê-lo, à evidência imporia a ele danos na parte traseira e não exclusivamente na lateral.

De outra banda, a ré não produziu sequer indícios que conferissem verossimilhança à dinâmica que descreveu, seja quanto à suposta velocidade excessiva do automóvel de **JONAS**, seja quanto à manobra encetada por seu motorista para dar causa ao embate.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, impõe reconhecer a culpa de **ADALBERTO**, por propiciar o acidente, e da ré, enquanto sua empregadora.

O valor da indenização deverá corresponder ao menor dos orçamentos ofertados pelos autores.

Eles não foram impugnados específica e concretamente pelos réus, nada fazendo supor que encerrassem valores exorbitantes ou desnecessários ao reparo do automóvel.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Quanto ao orçamento apresentado pela ré, não vinga porque não se positivou de que maneira foi produzido e especialmente se decorreu de prévia análise do veículo de **JONAS**.

Solução diversa apresenta-se aos demais pleitos dos autores.

Qualquer pessoa que se dispõe a dirigir veículo em via pública tem perfeita noção da possibilidade de ver-se envolvida em acidente, mesmo que causado por terceiro.

No caso dos autos, nada indica que os autores experimentaram desgaste de vulto ou abalo excepcional que levasse à ideia de sofreram danos morais, não indo além a espécie vertente dos contratemplos normais advindos de um acidente de trânsito.

Possíveis perdas pela impossibilidade de utilização do automóvel, outrossim, poderiam quando muito ser computadas como lucros cessantes, extravasando a esfera dos danos morais.

Já a litigância de má-fé da ré não se cogita pela ausência de comprovação do elemento subjetivo imprescindível à sua configuração.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar os réus a pagarem aos autores a quantia de R\$ 3.238,00, acrescida de correção monetária, a partir de setembro de 2017 (época de elaboração do orçamento de fl. 26), e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 13 de abril de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**